



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

APROPRIAÇÃO DO ALOJAMENTO E MODOS DE VIDA: “clandestinos” e “legais”

Isabel Guerra, Teresa Costa Pinto, M^a João Quedas

INTRODUÇÃO

O artigo que agora se apresenta é resultado do confronto entre duas pesquisas sobre dois tipos de “*habitat*”, realizadas em contextos diferentes e sem qualquer intenção comparativa. São estudos com metodologias semelhantes e realizadas pela mesma equipa, mas cujos objectos e temporalidade foram diferentes.

Nestas pesquisas confrontam-se dois tipos de *habitat*, alojamento “clandestino”^[1] de construção não licenciada (ilegal), em moradias unifamiliares de propriedade dos ocupantes, a maioria conseguida através de um processo de autoconstrução (total ou parcial) e localizada nas periferias urbanas da área metropolitana de Lisboa, e o *apartamento situado numa zona central da cidade* de Lisboa numa urbanização de propriedade horizontal (Telheiras) onde a maioria dos fogos é adquirido.^[2]

Ambas as pesquisas questionavam as formas de articulação entre os “modos de habitar” e os “modos de viver”.

A ESPECIFICIDADE DO PROCESSO DE CRESCIMENTO URBANO EM PORTUGAL

Portugal apresenta uma história própria do crescimento urbano que arrasta consigo, se não problemas diferentes, pelo menos um posicionamento diferente dos mesmos problemas, quando comparado com o processo de crescimento urbano europeu. Por um lado, um crescimento urbano tardio (se comparado com os outros países da Europa) e, por outro, uma acentuada assimetria na distribuição da população irão gerar uma forte pressão urbanística na capital do país.

É tradicional apontar-se como principais características do processo de crescimento urbano português das últimas décadas: a) um fraco índice de urbanização, com crescimento rápido após os anos 60, b) uma distribuição desigual da população ao longo do território com concentração a Norte e no Litoral e com um peso excessivo da concentração metropolitana, e, finalmente, apontam-se os processos migratórios como contributo para o reforço do crescimento urbano de outros países (não apenas europeus) e para a desertificação e envelhecimento do interior do país.

A litoralização da população e a desertificação do interior provocam profundas assimetrias nas condições socioeconómicas de vida das populações e a concentração da população em duas grandes regiões (Lisboa e Porto), resultado da ausência tradicional de cidades de média dimensão, aumentam fortemente as pressões urbanísticas. A ausência tradicional de “cidades intermédias” provoca na capital do país — Lisboa — um rápido crescimento no contexto do país, feito à custa, sobretudo, do crescimento populacional e urbano das periferias urbanas induzido por fenómenos migratórios.⁴ Este crescimento urbano recente tem efeitos, quer nas formas urbanas, quer nos modos de apropriação da cidade.

A metrópole de Lisboa sofre assim um processo de crescimento, sobretudo, periférico, a que está associada uma forte segregação socioespacial. Assiste-se a uma pressão urbanística, no centro da metrópole (concelho de Lisboa), realizada por grupos sociais de rendimentos elevados, dando origem ao fenómeno de “*gentrification*” e a uma ocupação periférica desordenada, pelo loteamento e construção ilegal realizados por grupos sociais de rendimentos baixos e médios baixos.

Não se trata apenas de uma questão de articulação funcional entre centro e periferia urbana, mas de uma lógica de crescimento metropolitano, que está na origem da forte pressão urbanística e social sobre a capital e que é, em grande medida, uma originalidade do processo histórico de urbanização português.

E preciso não esquecer que, inicialmente, nos Estados Unidos e na Europa, este movimento de “periferização” da população é traduzido pelo êxodo massivo das classes médias que procuravam espaços de qualidade, não densificados, e que abandonavam o centro a uma coexistência bem pouco pacífica entre os serviços “de ponta” e os grupos populares de menores recursos que não podiam pagar o preço das distâncias. Nesta fase o “modo de vida periférico” tinha uma imagem de qualidade que não atribuímos ao “modo de vida periférico” em países como Portugal e Brasil.⁵

Países como Portugal apresentam especificidades nas formas de crescimento urbano e na sedimentação das “periferias”. As periferias portuguesas nunca foram espaços de qualidade (com raras excepções) tomadas que foram por agentes imobiliários, eles próprios “expulsos” do centro por outros de maior comprometimento financeiro, que sujeitaram os espaços periféricos a urbanizações densas e de má qualidade, só inteligíveis no quadro do peso político dos interesses fundiários e imobiliários e da cumplicidade pública. Coexistem nesses espaços periféricos os espaços de urbanização “clandestina”, de baixa densificação e de deficiente infra-estruturação que cobrem a maioria das periferias das cidades portuguesas de maior dimensão. No centro deste crescimento urbano ilegal — que atinge 11% da população da área metropolitana de Lisboa⁶ — está também uma deficiente e menor intervenção do Estado ao nível, quer do controlo do processo de urbanização dos solos, quer dos mecanismos de intervenção ao nível da habitação social.⁷ Os clandestinos parecem surgir no cruzamento de características estruturais do processo económico, social, institucional que bloqueiam o acesso à habitação, quer de características socioculturais da população portuguesa. Apontam-se como principais factores, a escassez e elevado custo da promoção legal, a rigidez e centralização dos processos de planeamento, licenciamento urbanístico, a inadequação das tipologias da promoção legal aos *habitus* e necessidades da população, o desejo de acesso à propriedade do solo e da casa por parte da população. Estas características do processo de crescimento urbano português e lisboeta não podem deixar de influenciar os “modos de vida” da população residente.

MODOS DE HABITAR E MODOS DE VIVER: “CLANDESTINOS” E TELHEIRAS

Na articulação entre as formas de apropriação da casa/modos de vida e contexto envolvente — bairro e cidade — jogam-se múltiplos factores capazes de fazer entender a permeabilidade e o entrosamento dos vários espaços e lógicas de apropriação. Desde logo, as características dos espaços agindo de algum modo, como sistema de constrangimentos e possibilidades face às formas de apropriação, mas também as características dos sujeitos e o seu modo de vida e o conjunto de redes de relações sociais que vão tecendo nestes espaços, que têm um peso explicativo na lógica da sua apropriação, relação e hierarquização.

Com efeito, diferentes origens (geográficas e sociais) e diferentes trajectórias, experiências e destinos pessoais vão configurando uma diversidade dos modos de vida que comandam as lógicas de apropriação da casa e da cidade. Não se trata de estabelecer uma relação directa entre modos de vida e formas de apropriação do *habitat*, mas tão só de entender estes como elemento mediador (e simultaneamente aglutinador) de um conjunto de aspirações e valores, de um imaginário e de experiências sociais susceptíveis de um efeito estruturador sobre as lógicas de uso e de apropriação dos vários espaços que organizam a vida quotidiana.

Claro que assim entendido, o “modo de vida” não é apenas um sistema de práticas que “descolam” ou reproduzem directamente as condições de existência passadas ou adquiridas, mas refere-se a um “conjunto de processos de organização de respostas de actores sociais (indivíduos ou grupos) ou às suas condições de vida”, pelo que essas respostas baseando-se em aspectos *cognitivos* (representações, imagens), *normativos* (valores, expectativas, etc.), e nas *condições de vida* anteriores ou actuais, ultrapassam estas últimas e exprimem aspirações, estratégias e projectos de vida com papel de comando na organização e gestão do espaço e dos tempos da vida quotidiana. Na relação que se estabelece entre os diferentes espaços, são as características particulares dos modos de vida, situando-nos perante grupos sociais distintos que os protagonizam, que estabelecem e definem prioridades e importâncias, que permitem formas diversas de perceber e dotar de sentido os diferentes espaços onde decorre a diversidade de itinerários da vida quotidiana.

A avaliação da importância de cada um destes espaços, a sua relação com os outros espaços de apropriação quotidiana, a forma como os indivíduos os usam, percebem, valorizam e transformam em lugares de identidade individual e colectiva, tem sido objecto de inúmeras pesquisas, a maior parte das quais coloca como conceito central o conceito de *apropriação*, justamente para dar conta do complexo sistema de relações e interacções entre os indivíduos socialmente organizados e o espaço que lhes serve de suporte.

A relação complexa *espaço construído* (socialmente codificado e institucionalizado) — *espaço vivido*, fornece-nos, como instância mediadora, não só a sua dimensão de uso material dos espaços,

como a sua dimensão de transformação, recriação e dotação de sentido, num processo cognitivo que confere familiaridade aos lugares e aos objectos. É a este nível que os modos de vida agem como “dispositivo” estruturador e diferenciador das formas e das lógicas de apropriação dos espaços. Entender a lógica de apropriação da casa, passa, em 1º lugar, pelo entendimento da casa como território privilegiado da vida privada e familiar, sede de investimentos psico-afectivos que a convertem no local primeiro de identidades e reconhecimentos individuais e familiares. Mas a importância conferida à casa no quadro dos modos de vida, a sua “posição” relativa na hierarquia dos espaços de apropriação quotidiana ditam não só lógicas de apropriação distintas (mais ou menos funcionais ou simbólicas, mais ou menos estruturadoras da vida quotidiana), mas racionalidades também elas diversas no uso do espaço-tempo disponível e na lógica de estruturação dos investimentos quotidianos.

No confronto destas duas pesquisas a articulação dos espaços e dos tempos da vida quotidiana exprimem diferentes modos de vida, próprios aos diferentes grupos sociais:

— a valorização da vida profissional, com forte investimento neste domínio e a sua importância como realização pessoal e ascensão social, parecem anular a clássica dicotomia entre tempo de trabalho/tempo de lazer, criando uma continuidade espaço-temporal entre estas duas esferas, e fazendo subordinar a casa às exigências da vida profissional.

Essa continuidade parece não se encontrar noutros grupos sociais onde a vida profissional é menos valorizada (e valorizadora) e onde o tipo de inserção laboral é impedido de mobilidades sociais ascendentes. Produz-se, assim, uma descoincidência maior entre trabalho, habitar, consumo e lazer, mas a casa aparece como espaço-símbolo de realização pessoal e de promoção social.

— a capacidade de ultrapassar esta fragmentação é própria de grupos com possibilidade de mobilização de recursos vários no sentido de promover um conjunto de relações alargadas no âmbito da cidade, criando, assim, um espaço quotidiano de apropriação muito mais vasto e diversificado. Como refere Noel “ a superioridade das classes elevadas vem da sua capacidade de mobilização de recursos económicos mas também socioculturais que permitem escolher um fragmentação de espaço e do tempo, criar outros itinerários, outros percursos e outras cronologias”.⁹ Face a essa diversidade, a casa aparece apenas como suporte desse modo de vida, funcionalizada no seu uso, desvalorizada por relação a outros espaços de apropriação quotidiana. Pelo contrário, um modo de vida que secundarize a ultrapassagem desta fragmentação faz da casa o pólo aglutinador e estruturador da organização dos tempos e espaços da vida quotidiana, saindo esta reforçada na sua importância e no significado atribuído, o que age como mecanismo potenciador de uma apropriação muito mais simbólica que funcional.

FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO HABITAT

Perfil social dos moradores “clandestinos” e de Telheiras

O interesse de uma análise comparativa sobre as formas de apropriação do *habitat* nestas duas pesquisas reside, em larga medida, no facto de estarmos perante grupos sociais contratados.

São contrastes de “classe” que se reflectem desde a origem social e geográfica, aos percursos profissionais, habitacionais até à actual inserção social.

A *origem geográfica* é um primeiro factor de diferenciação. Os moradores “clandestinos” têm maioritariamente uma origem “rural” sofrendo um processo de migração do rural para o urbano. São oriundos de “aldeias” (60%) ou de locais isolados (13,8%) tendo cerca de 1/4 (25,7%) nascido em aglomerados urbanos (vilas). Os seus progenitores tinham actividades ligadas ao trabalho agrícola maioritariamente como camponeses ou assalariados. O nascimento em aldeias ou pequenos centros de província associado quase sempre a uma ascendência camponesa ou de (semi)proletariado rural, traduz-se numa iniciação precoce ao trabalho e em particular ao trabalho agrícola. No entanto, a diversidade presente na sociedade portuguesa, nomeadamente no seu processo histórico de urbanização, faz com que os moradores de Telheiras apresentem uma diversidade de origem geográficas muito embora a percentagem dos naturais de Lisboa sejam bem mais elevados do que no primeiro grupo (40% de naturais do distrito de Lisboa contra 13% nos “clandestinos”).

Os moradores de Telheiras não naturais de Lisboa, nascem em vilas de província, reflectindo a alteração da burguesia agrária e comercial para uma burguesia técnica e intelectual dos nossos dias e cuja proximidade da capital é um processo inevitável de actualização e de promoção do seu “lugar de classe”. Os seus progenitores, ligados à terra e ao comércio, reflectem níveis de instrução já elevados, muito embora bem inferiores aos que os filhos hoje atingem.

Mas, hoje, a clivagem ao nível da *inserção socioprofissional* é significativa. As profissões manuais acolhem 78,3% dos moradores clandestinos, só significando 19,4% para os moradores de Telheiras, reforçando-se essa imagem de desigualdade na inserção laboral, quando se verifica que no primeiro grupo apenas 2% têm nível de instrução média ou superior, sendo essa percentagem

de 77,8% no segundo grupo.

É o início precoce na vida activa (iniciam a vida activa antes dos 14 anos 79,5% dos “clandestinos” e 6,1% dos moradores de Telheiras) e é também uma menor escolarização que marca o destino de classe de uns e outros. A sua inserção ao nível do sistema de estratificação social confronta os dois perfis sociais de forma bem contrastada:

	“Clandestinos”	Telheiras
- estratos “populares”	59,1%	0,7%
- estratos médios e médios baixos	36,6%	15,0%
- estratos médios altos	5,3%	39,1%
- estratos superiores	1,8%	45,2%

Apesar das diferenças presentes nestes 2 grupos, a este nível de análise, sobretudo significativas nos escalões etários e portanto no percurso profissional, ambos apreciam favoravelmente a sua evolução profissional e social. Cerca de 40%, em ambos os grupos, consideram que a sua vida profissional tem vindo a melhorar e mantêm expectativas alargadas face ao seu futuro.

São as formas de *organização da vida familiar* que aproximam os dois grupos em análise. O predomínio de “famílias urbanas” — casais com filhos — é um traço comum muito embora esteja presente um maior rejuvenescimento da população de Telheiras. Em Telheiras estamos perante uma população em fase inicial de sedimentação da vida familiar e uma quase ausência de população idosa. Curiosamente o número médio de pessoas por família é relativamente elevado para o contexto de Lisboa,¹⁰ atribuindo-se ao facto de mais de metade dos casais terem 2 filhos (52,5% dos casais) e de 12,2% ter 3 ou mais filhos.¹¹

QUADRO SÍNTESE DO “PERFIL SOCIAL” DOS MORADORES CLANDESTINOS E DE TELHEIRAS

	“CLANDESTINOS”	“TELHEIRAS”
LOCAL DE NASCIMENTO	13,2%	40,0%
Distrito de Lisboa		
INSTRUÇÃO	2,0%	77,8%
Instrução média e superior		
IDADE DO 1º EMPREGO	79,5%	6,1%
Com menos de 14 anos		
PROFISSÕES	78,5%	19,4%
Profissões “manuais”		
TIPO DE FAMÍLIA	67,0%	69,9%
Casais com filhos		
(c/ ou s/ outras pessoas		
IDADE	26,0%	73,9%
Com idades inferiores a 40 anos		

No entanto, o ponto de partida marca o “destino de classe” e o limiar das aspirações possíveis. Origem e destinos diferentes parecem marcar profundamente a diversidade das lógicas de apropriação da casa e da cidade presentes nestes grupos sociais.

Apropriação funcional e apropriação cultural: duas formas quase contraditórias de articulação entre a casa e o modo de vida

Clandestino: a casa estrutura o modo de vida

Na tentativa de articulação entre os modos de vida e determinados modelos de *habitat*, o “clandestino” parece ser exemplo paradigmático de uma visível correspondência entre a opção por um *modelo de habitat* (neste caso, a moradia unifamiliar) e certo *modo de habitar*.

É certo que, no entendimento do processo de motivações explicativo da decisão de construir clandestinamente, se cruza um complexo jogo de variáveis que passam, quer pela precariedade da situação habitacional anterior, quer pelas características do seu perfil económico e social, fazendo crescer significativamente as dificuldades de acesso ao alojamento dentro do mercado legal de oferta habitacional. Mas, a origem rural e a trajetória-tipo dos construtores

clandestinos, se, por um lado, convergem em possibilidades reduzidas de ascensão social (limitada pelo nível de instrução e pela falta de formação profissional), por outro, vão gerando um modo de vida que se traduz na aquisição de um conjunto de aspirações e valores, de um imaginário e de uma experiência sociais que claramente configuram e apelam a uma concepção específica do *habitat*, quanto aos *modelos de ocupação* e às *formas de propriedade*. O modelo interiorizado de habitat remete-nos aqui para uma dupla componente: a posse da casa e a moradia unifamiliar, em que o “uso alargado” do espaço interior e exterior se torne possível. A propriedade do alojamento é, talvez, uma das mais importantes motivações para o clandestino, sobretudo se pensarmos que se trata de uma população que associa a deficientes condições de alojamento, a insegurança decorrente da sua não propriedade. Neste contexto, a que se deverá acrescentar uma limitada capacidade de promoção social, o significado atribuído à propriedade da casa, não tem a ver com a possibilidade da sua rentabilização, mas com o entendimento desta como um *bem de uso* e um *símbolo* que, no presente, corresponde à melhoria das condições de habitação, mas que será, no futuro, o legado possível a transmitir aos filhos. Na combinação entre um presente (aspiração de bem estar na vida) e um futuro para si (segurança) e para os seus filhos (património a legar), a casa clandestina parece apresentar-se como o limiar de aspiração possível face às dificuldades de promoção a outros níveis da vida social.

A outra componente — a aspiração à moradia unifamiliar — está relacionada com a propriedade do alojamento e é, simultaneamente expressão da afirmação de um *modo de habitar*, aqui entendido como sistema de práticas de apropriação do *habitat*, mas também inclui um quadro de referência contendo concepções quanto à família, ao trabalho e às relações sociais. Este modo de habitar, estruturado por um *habitus rural*, reclama uma moradia com horta e jardim, numa espécie de “regresso às origens”, mas também fortemente marcado pela carga simbólica associada à vivenda. A independência, a autonomia, a privacidade, a possibilidade de uso alargado do espaço interior e exterior surgem fortemente associados à moradia por oposição ao apartamento. É verdade que, para esta população, “face a um modelo em que o colectivo da habitação não oferece às práticas de vizinhança mais do que o uso comum e conflitual dos espaços de acesso e circulação, à cooperação forçada no uso comum do *habitat*, ergue-se como alternativa a criação deliberada (ou validação *a posteriori*) de um modelo de apropriação do espaço que melhor garanta a privacidade e autonomia: a vivenda”.¹²

A concretização do modelo de *habitat* interiorizado oferece agora a possibilidade de uma nova articulação entre a casa e o modo de vida, em que esta age como pólo aglutinador e estruturador do próprio modo de vida. A elevada importância atribuída à casa, no quadro do modo de vida, define também o modo de apropriação inerente, já que estamos perante uma valorização que combina o valor de uso com o valor simbólico que esta representa.

A maior parte dos promotores clandestinos expressam elevados níveis de satisfação com a casa construída (cujo melhor indicador de avaliação está na vincada indisposição para a mudança ou venda de alojamento), mas esta satisfação associa um conjunto de dimensões e factores claramente indicativos de um modo de ocupação em que a apropriação “simbólica” se sobrepõe a uma apropriação mais “funcionalizada” do espaço construído:

— *o grande investimento material e afectivo* empregue na construção da casa. Para muitos, o acento da satisfação é posto na realização do “*valor pessoal*”, no sacrifício que nela se cristaliza ao longo de todo o processo construtivo, que exigiu a conjugação de diferentes fontes de financiamento e poupança (extensão da jornada de trabalho, empréstimos de familiares e amigos, estratégias de poupança familiar por vezes difíceis e violentas) e o envolvimento integral em todo o processo (recurso à autoconstrução, gestão directa, ajuda de familiares e amigos, o desenho feito pelo próprio), do que resulta uma forte valorização afectiva. É deste significado atribuído aos sacrifícios e privações decorrentes de uma poupança familiar forçada, deste envolvimento pleno na construção da “sua casa”, que se vai gerando “a apropriação, para o resto da vida, da dimensão simbólica de um produto autoconstruído que se viu nascer e se teve de alimentar, numa lógica de valorização simbólica característica do artesão ou camponês”.¹³

— *o modelo de habitat construído* e a satisfação com a actual casa estão associados o próprio modelo de *habitat* e a forma de apropriação que permite, tendendo a valorizar o espaço exterior enquanto espaço necessário de prolongamento do fogo e garante de privacidade, independência e autonomia. A posse de uma moradia com horta/jardim oculta muitas vezes, um dispêndio de trabalho perspectivado sob a sua utilidade económica (como ajuda nas despesas de reprodução familiar, como suporte de outras actividades profissionais, etc.); revela, outras vezes, a dimensão lúdica de ocupação deste espaço (“bricolage”, ocupação de tempos livres). Se um dos factores de maior valorização é a “liberdade”, “independência” que este modelo permite a par da rejeição total à massificação encontrada em meio urbano e a individualização do espaço, também não lhe é alheia a possibilidade de, com ele, participar na construção de um meio social e espacial simbolicamente mais valorizado: um bairro de vivendas. A este efeito de apropriação e valorização simbólica, corresponde uma sobrevalorização da casa no quadro do modo de vida, quer por relação a

outros segmentos da vida social (trabalho, relações sociais, etc.), quer por relação a outros possíveis espaços de vivência quotidiana (bairro, cidade). Pode dizer-se que a casa (ou este modelo específico de *habitat*) estrutura e define o modo de vida, enquanto modelo apenas interiorizado e idealizado e, depois, enquanto modelo concretizado. Vive-se em função da casa a construir e da casa construída:

— *enquanto modelo interiorizado/idealizado* apresenta-se como limiar possível de promoção social e garante o acesso à propriedade, representando a segurança no futuro e o património para os filhos, pelo que se redefinem a vida e as estratégias familiares, accionando uma série de recursos (poupança, trabalho, empréstimos) no sentido da sua concretização.

— *enquanto modelo concretizado* tem um efeito reestruturador do modo de vida, tendente a um autofechamento individual e familiar em torno da casa e da vida local e tende a ser concebida como “artefacto pessoal”, espaço de realização individual e familiar que aglutina e articula as várias dimensões e espaços da vida quotidiana: trabalho, lazer, convívio familiar, rede de relações sociais, em desfavor de uma aposta na mobilidade profissional, na constituição de uma rede alargada de relações sociais e pulverizada no espaço, de um modo geral, de uma vida mais societária e menos comunitária.

Telheiras: o modo de vida estrutura a importância conferida à casa

Na articulação entre modo de vida e modelos de apropriação, a lógica que comandava para os “clandestinos” aparece aqui invertida. Não é a casa que estrutura e define o modo de vida, ela é apenas o suporte (ou um dos suportes) de um novo modo de vida que se procura e que esta população protagoniza. Modo de vida que determina a importância conferida à casa, acarretando consequências inevitáveis quanto às formas de apropriação. De facto, a população de Telheiras parece indiciar um novo modo de vida urbano comandado pela necessidade de uma diferente articulação entre a lógica produtiva e reprodutiva. Lógica que passa, em primeiro lugar, por uma aproximação dos “espaços socialmente necessários”, mas que termina numa reelaboração temporal da vida quotidiana. Mas, esta formulação de novos tipos de exigências face à vida urbana, faz associar à casa o problema da sua *localização*.

Como ficou referido, habita em Telheiras uma população predominantemente composta por quadros médios e superiores, fortemente escolarizada, em início ou sedimentação da vida profissional que traduz boa parte das suas exigências em termos de modo de vida urbano, na valorização extrema da *centralidade*. Centralidade que corresponde ao desejo de recomposição de um modo de vida fraccionado espacial e temporalmente e à necessidade de rearticulação das diferentes esferas que organizam a vida quotidiana, manifestando-se por um novo apreço pela cidade e pela garantia de acessibilidade ao local de trabalho e aos equipamentos urbanos.

Este apelo à centralidade (que Telheiras garante dada a sua relação privilegiada face à cidade) conduz a uma atitude, ainda que temporária, de *desvalorização do espaço do fogo*, no sentido do adiamento de maiores expectativas face a ele, colocando-o numa posição de evidente “*subalternidade*” face à sua localização privilegiada na cidade.

Contudo, os factores explicativos desta relativa desvalorização do fogo não parecem esgotar-se na questão da centralidade, mas articulando-se com ela, traduzem práticas residenciais ditadas pelas exigências de uma determinada fase do ciclo familiar e profissional. Estamos perante uma população com altas taxas de actividade (para ambos os membros do casal), com uma forte valorização do trabalho (mobilidade profissional) no quadro do modo de vida, o que se traduz em necessidade de fortes investimentos neste campo, factor condicionante dos tempos e dos ritmos de utilização da casa. Por outro lado, situando-se em fase de sedimentação da vida familiar, fazem-se prever maiores exigências em termos de espaço.

Estamos, evidentemente, perante um contexto — defesa da centralidade e aposta na vida profissional como espaço-tempo de maiores investimentos — que condiciona significativamente, quer a importância conferida à casa, quer a(s) lógica(s) de apropriação inerentes. Como efeito “maior” desta desvalorização do espaço do fogo, a diminuição dos investimentos na casa (individuais e familiares, sociais e simbólicos, afectivos e de identidade), mas também a sua “*funcionalização*” no sentido da sua subordinação às exigências de estruturação familiar e de apoio à actividade profissional. De facto, esta procura de um novo modo de vida, ao articular lógicas tradicionalmente separadas (as da produção e as do lazer), traz para o interior do alojamento novos desafios. O fogo surge, para este tipo de população, como um espaço de reconstituição das exigências de estruturação familiar e da actividade profissional, numa imbricação crescente da lógica produtiva e reprodutiva. Numa lógica diferente, articula-se agora, e à semelhança do que acontecia nas sociedades rurais, no espaço do fogo, o trabalho e o lazer.

Esta nova relação casa-trabalho traduz-se numa complexificação das funções atribuídas e vividas no fogo, numa utilização mais polivalente e multifuncional dos diferentes espaço. Simultaneamente, cria novos valores habitacionais baseados em necessidades de mais espaço e novas articulações

que garantam a privacidade e o isolamento necessário à realização de novas funções. Pode-se, assim, dizer que as características específicas do perfil social dos moradores de Telheiras, associadas à fase do ciclo de vida familiar e profissional, situam temporal e qualitativamente as formas actuais de uso e apropriação do fogo, por enquanto tendentes à sua funcionalização e relativa desvalorização face a um modo de vida que eleger a cidade como palco onde se organizam os diferentes itinerários da vida quotidiana. Mas, possivelmente, uma nova fase do ciclo de vida conduzirá a uma maior valorização do fogo, a uma melhor combinação das exigências de centralidade com as necessidades de maior espaço, de maior conforto e *standing*. Esta possibilidade está obviamente dependente da capacidade de mobilidade social desta população, associada a uma modificação no gosto, na noção de prestígio e, sobretudo, a uma potencial alteração dos ritmos de vida que permita um maior tempo/investimento no fogo.

Habitat e projectos futuros: definitivo para uns, provisório para outros

Os modelos de habitat interiorizados — *habitus* habitacional — são condicionados por múltiplas variáveis que vão desde origem social e geográfica à fase do ciclo de vida e inserção social dos indivíduos. Cada indivíduo transporta uma *praxis* habitacional, um modelo de *habitat* ideal e cada novo alojamento é mediatizado pelo passado vivido e futuro idealizado.

Os grupos em análise — clandestinos e os moradores de Telheiras — pela sua origem social, geográfica e inserção social apresentam perfis sociais, aspirações e modos de vida distintos, condicionadores dos projectos futuros e, de entre esses, do espaço da casa num futuro próximo. Em termos genéricos, a intensidade das formas de apropriação da casa e do bairro faz com que os “clandestinos” considerem, maioritariamente, a sua casa actual como a sua “última morada” e, inversamente, para os habitantes de Telheiras a casa actual é apenas uma “casa provisória”.

Clandestinos: daqui, só para o cemitério

A *precariedade da situação habitacional anterior* constitui, objectiva e subjectivamente, a mais forte condicionante para a construção de casa clandestina. A precariedade do vínculo do alojamento (36,7% viviam partes de casa/casas cedidas/barracas — casas degradadas) e as deficientes condições de habitabilidade (50,5% tinham falta de espaço e 26,7% viviam em casas degradadas) constituem os factores que mais influência tiveram nesta opção. No entanto outras motivações manifestadas já na situação habitacional anterior estão também presentes. São motivações relacionadas com o modelo de *habitat* onde a aspiração à moradia e à casa própria foram também decisivas para este modo clandestino de promoção habitacional.

A propriedade da casa é um investimento de gerações e o modelo habitacional adquirido é fortemente valorizado (a privacidade, o contacto com a natureza e a capacidade evolutiva do fogo face às necessidades da família).

A família assume-se como um elemento definidor e organizador de todo o processo de construção clandestina e é o seu principal suporte. De algum modo pode dizer-se que a casa clandestina é, ao nível familiar, (também) o resultado da poupança da geração anterior, realização da geração presente e património para a geração futura numa íntima articulação de esforços e acordos sobre as perspectivas de vida.

O modelo de *habitat* interiorizado por este grupo social articula entre si a propriedade jurídica da casa e suas características morfológicas, que resultam na rejeição do modelo imposto pelo mercado legal (a construção em altura). Para além de inacessível à grande parte deste grupo face aos seus escassos rendimentos, o apartamento, é claramente desajustado face ao modelo interiorizado. A vivência num espaço comum, imposto, gera efeitos negativos ao nível da apropriação, surgindo a “independência” e “autonomia” fortemente associadas à moradia, por oposição ao andar, que traduz a ausência de um espaço exterior aliado à reduzida dimensão dos fogos.

O modo de promoção clandestino através da *autoconstrução* constitui simultaneamente o único meio viável para a resolução das carências habitacionais e concretização efectiva do modelo de *habitat* interiorizado através do controlo total do processo, desde a concepção até à execução do projecto.¹⁴ Ao controlo total do processo surgem ainda associadas a garantia da **qualidade de construção** (87,8% consideram que fizeram uma casa melhor do que as que existiam no mercado legal) e a capacidade evolutiva do fogo que permite a adaptação do espaço construído à medida das necessidades. Estas características, práticas e simbólicas, transformam a casa numa obra de artesanato sem par, que não se pretende vender, da qual só se pretende separar “quando for para o cemitério”.

Telheiras: a aceitação do provisório e projectos a prazo

A inserção geográfica do espaço habitacional num contexto mais vasto de inserção na cidade,

parece constituir o principal elemento de valorização de um determinado modelo de *habitat* para a população em presença. Aqui estão presentes novas formas de vida orientadas para uma valorização cada vez maior da cidade, que exclui como hipótese a procura da periferia, e procura a proximidade casa/trabalho/equipamento, bem como a reconstituição das proximidades sociais. A opção por Telheiras surge ainda associada à fase do ciclo familiar (necessidade de mais espaço) bem como à identidade própria do bairro conferida pela identidade sociourbanística e homogeneidade etária e social que o caracterizam. Contrariamente ao “clandestino” para quem a casa é encarada como definitiva, a mobilidade residencial parece estar presente de forma explícita, para uma parte significativa desta população (61,9%), mudança essa que é encarada como podendo efectivar-se a relativo curto prazo. As razões apontadas são os constrangimentos funcionais: 40% por necessidade de mais espaço, o que se compreende dada a fase do ciclo de vida das famílias; e 26,7% problemas construtivos. Mas ainda há elementos de carácter mais simbólico que alimentam o desejo de mudança na procura de um outro modelo de *habitat*: a moradia.

Sociabilidades em questão: descontinuidades entre as representações e as práticas

A sociedade actual caracteriza-se por uma complexa rede de relações sociais cuja valorização — mais “local” ou mais “cosmopolita” — parece ser condicionada pela posição dos grupos sociais em presença. As pesquisas recentes parecem sugerir que grupos sociais de elevado estatuto social tendem a privilegiar relações mais alargadas, enquanto os grupos mais populares privilegiam sociabilidades mais localizadas.

A análise das sociabilidades dos residentes em habitação clandestina e em Telheiras, parecem confirmar essas formas de sociabilidade.

Clandestinos: mais práticas que representações

A ocupação de uma moradia clandestina parece ter reforçado as sociabilidades locais deste grupo cuja participação em actividades de tipo mais “societário” era já bastante reduzida. As características do processo de produção e apropriação do novo modelo de *habitat* acentuaram mais ainda esta tendência. As sociabilidades/cumplicidades e a homogeneidade social inerentes ao modo de construção clandestino fazem privilegiar, na rede de sociabilidades estabelecidas, as relações de vizinhança. Contudo, apesar da apreciação positiva das relações de vizinhança, o que parece ressaltar desta relação é a dimensão de convivibilidade, dimensão esta reforçada até pelos espaços de encontro entre vizinhos. Dominam os espaços públicos do bairro — café, comércio, transportes sobre os espaços privados do fogo.

Para além de conviviais as relações de vizinhança estabelecidas por este grupo, aprofundam-se redes de “verdadeira amizade” (53,4%), que em alguns casos antecederam à própria construção da casa, sendo veículo de conhecimento a compra do lote (17,1% optaram pelo lote pela proximidade de familiares e amigos). A identidade gerada no processo de construção clandestina apenas consolidou estas relações, solidárias e funcionais. A proximidade geográfica, mais do que a identidade social, parece funcionar como factor de selecção das relações estabelecidas (65,4% dão-se sobretudo com vizinhos próximos de casa).

A localização nas periferias dos bairros clandestinos (com reduzidos equipamentos), as características morfológicas do novo *habitat* (moradia com jardim/horta), bem como as precárias infra-estruturas dos bairros, parecem funcionar como principais factores de fomento à participação local. Participação local que se manifesta a dois níveis: por um lado, num maior fechamento no fogo, privilegiando-se práticas activas como manutenção da casa, arranjo horta/jardim; e por outro lado, na procura da melhoria de condições de habitabilidade, materializada em associações de gestão do bairro.

EPUL: mais representações do que práticas

Os habitantes de Telheiras, pelas suas características socioprofissionais, privilegiam, sobretudo nas relações de sociabilidade, a identidade social dos seus “pares”. Daí que a importância das redes de relações surja fortemente diferenciada face aos diferentes grupos: família, amigos; colegas de trabalho e vizinhos.

As suas relações são mais “deslocalizadas”. Os amigos não residentes no bairro (33,6%) e família (28,3%) destacam-se face aos amigos residentes no bairro (16,8%) e vizinhos (7,2%).

Curiosamente, se as práticas concretas reflectem um menor peso das relações de vizinhança, do ponto de vista da representação da vida local, as relações com os vizinhos são bastante valorizadas: 84,1% têm boas relações com os vizinhos e assumem um papel de apoio na vida quotidiana dos residentes de Telheiras. A *funcionalidade* (interajuda em situações concretas) — e a *espontaneidade* (estabelecimento de relações não expressamente construídas) são os traços dominantes das relações de vizinhança mantidas, resultantes de uma maior interacção local,

característica de uma determinada fase do ciclo de vida, comum a esta população: casais jovens com filhos pequenos. A espontaneidade destas relações é reforçada pelos espaços de encontro, que correspondem fundamentalmente aos lugares comuns do Bairro, em detrimento de espaços privados da casa. E esta é também, como vimos, uma característica das relações estabelecidas pelos residentes em habitações clandestinas.

CONCLUSÃO

O confronto entre as formas de apropriação da habitação clandestina e da habitação em Telheiras parece inevitável ao pensarmos nas formas de articulação entre a casa e o modo de vida, sobretudo se tivermos em conta as formas de uso e de apropriação do *habitat* a que as especificidades dessa articulação dão origem.

E, no ensaio deste confronto, a contradição revela-se evidente. Para uns, a casa estrutura os modos de vida, definindo-lhes os contornos, balizando-os em espaços quotidianos bastante restritos, situando-lhes as exigências; para outros, o modo de vida estrutura a importância/valorização atribuída à casa surgindo esta menos como pólo aglutinador mas mais como suporte de um modo de vida que apela a uma mobilidade profissional como principal mecanismo de promoção social, a uma pulverização e alargamento das esferas quotidianas de consumo pela cidade e ao cosmopolitismo das relações sociais e a uma vida mais societária que comunitária.

Às reduzidas, senão inexistentes, possibilidades de protagonizar um tal modo de vida, os "clandestinos" contrapõem a casa como limiar possível de promoção social e palco privilegiado de organização da vida quotidiana. Valorização/apropriação mais simbólica, de um lado, mais funcional, do outro, a casa torna-se objecto de diferentes estatutos e espaço chamado a jogar diferentes papéis. Curiosamente, "clandestinos" e habitantes de Telheiras coincidem na aposta que fazem no modelo de *habitat* interiorizado/idealizado: a moradia unifamiliar. Situada no espaço possível (mais acessível em termos de custos) para uns; para outros, no espaço impossível (o centro da cidade); mais ou menos concretizada, para os primeiros; utópica para os segundos, na esperança de reconciliar o irreconciliável.

[1] URBANIZAÇÃO CLANDESTINA NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: estudo realizado na AML (norte e sul) com o objectivo de caracterizar os processos, formas e temporalidades de construção da habitat clandestino. As técnicas utilizadas foram as seguintes: 1ª fase, recolha documental, caracterização cartográfica do fenómeno, caracterização das políticas de intervenção autárquicas, histórias de vida a moradores "clandestinos" (20) e, 2ª fase, histórias de vida a "clandestinos" pertencentes a grupos sociais "médios" e inquérito por questionário representativo do universo clandestino da AML (amostra=400). Financiado pela JNICT decorreu entre 1985 e 1991.

[2] USO E APROPRIAÇÃO DO ALOJAMENTO EM TELHEIRAS: estudo realizado na urbanização de Telheiras (construção de iniciativa de uma empresa pública e várias de iniciativa privada) tendo por objectivo a caracterização social da população residente, motivações para a escolha do local, grau de satisfação pelo edificado e perspectivas de mobilidade habitacional. As técnicas utilizadas foram as seguintes: análise documental, entrevistas aos responsáveis pela urbanização (arquitectos e administradores) histórias de vida aos residentes (22) e inquérito por questionário a amostra representativa da urbanização. Estudo financiado pela empresa pública EPUL e decorreu em 1991.